

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA OU SURDEZ NA ESCOLA COMUM

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH HEARING DISABILITY OR DEAFNESS IN COMMON SCHOOL

Terezinha Garcia Cazuza Martinez¹

RESUMO

Este artigo tematiza a inclusão educacional de alunos com deficiência auditiva ou surdez. Socializa uma análise do material didático *Deficiência Auditiva e Surdez*, produzido pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, explicitando aspectos da abordagem da citada temática. A metodologia utilizada foi a análise documental, a partir do diálogo com produções de autores que tratam da deficiência auditiva ou surdez. No decorrer das seções que estruturam o texto, explicitam-se as características do deficiente auditivo e da surdez; verifica-se a importância da Libras para a inclusão; pondera-se acerca da obrigatoriedade e da relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Libras e em Língua Portuguesa; e aponta-se a necessidade de melhores formações de intérpretes e de docentes no âmbito da surdez. Os resultados da análise do corpus sugerem que houve muitas conquistas de direitos a este público, no entanto, ainda há muito a alcançar para oferecer-lhe uma educação de qualidade e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão; Alunos surdos e alunos deficiência auditiva; Escola comum.

ABSTRACT:

This article discusses the educational inclusion of students with hearing impairment or deafness. It socializes an analysis of the didactic material *Deficiência Auditiva e Surdez* (Hearing Impairment and Deafness), produced by Faculdade Venda Nova do Imigrante, explaining aspects of the approach to the aforementioned theme. The methodology used was document analysis, based on dialogue with productions by authors who deal with hearing loss or deafness. In the course of the sections that structure the text, the characteristics of the hearing impaired and the deaf are explained; the importance of Brazilian Sign Language for inclusion is verified; consideration is given to the obligatoriness and relevance of Specialized Educational Assistance in Brazilian Sign Language and Portuguese; and the need for better training of interpreters and teachers in the field of deafness is pointed out. The results of the corpus analysis suggest that there have been many achievements of rights for this public, however, there is still much to achieve to offer them a quality and inclusive education.

Keywords: Inclusion; Deaf students and hearing impaired students; Common school.

¹ Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES). E-mail: terezinhagarciagcm@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8863-3712>

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, problematiza-se a inclusão de alunos surdos na escola comum, tema inscrito no material didático *Deficiência Auditiva e Surdez*, produzido pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Objetiva-se, a partir da análise do referido corpus, explicitar as características de pessoas com deficiência auditiva e surdez; verificar a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a inclusão; abordar a obrigatoriedade e a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Libras e em Língua Portuguesa; e apontar a necessidade de melhores formações docentes e de intérpretes para atuar com alunos surdos ou deficientes auditivos.

O material didático em foco é composto por seis partes: Introdução, Deficiência auditiva, Inclusão do aluno com Surdez, Libras - Língua Brasileira de Sinais, O planejamento do atendimento educacional ao aluno especial e, por fim, A leitura complementar. Assim, por meio da articulação entre esses conteúdos, visa proporcionar conhecimento acerca da deficiência auditiva e da surdez e, principalmente, promover reflexões sobre a inclusão a partir da utilização da Libras (Faveni, 2019).

As ideias socializadas neste texto justificam-se por apresentar o material didático em foco, ressaltando, assim, aspectos necessários à discussão sobre a educação de alunos com deficiência auditiva ou surdez, e promovendo a reflexão para a mudança da ação no trabalho educacional para com esses sujeitos. A partir delas obstina-se promover conhecimento e incentivar docentes a lutarem por mudanças para o alcance de um ensino inclusivo, que valoriza e constantemente desafia o potencial dos estudantes.

As três seções que estruturam o texto – além da Introdução e das Considerações Finais – se complementam, e a partir delas verifica-se aspectos concernentes à educação inclusiva, como a falta de preparo dos agentes da instituição escolar para acolher o aluno com deficiência auditiva ou surdez; as atitudes da escola para ser considerada verdadeiramente inclusiva; as diferenças entre a oferta do ensino na sala de AEE e na sala de aula comum; como deve ser o AEE e seu funcionamento quanto à Libras; as formas de comunicações possíveis ao aluno surdo ou deficiente auditivo – com foco na utilização da Libras e do bilinguismo; e a falta de formação necessária aos professores para a sua atuação com discentes que possuem deficiência auditiva ou surdez.

Na primeira parte, aborda-se as características do deficiente auditivo e a surdez; na segunda, trata-se da Libras na inclusão do aluno com deficiência auditiva; e na terceira parte, problematiza-

se a importância do planejamento para o atendimento educacional ao aluno com deficiência. Para tanto, recorre-se à análise bibliográfica, a partir da qual foram extraídas problematizações acerca da deficiência auditiva e da surdez, de suas respectivas características e da temática educacional (Araújo, 2017; Brasil, 2005; Dessen & Brito, 1997; Libâneo, 2013; Marqueti, 2013; Santos, 2012; Speri, 2013).

1.1 AS CARACTERÍSTICAS DO DEFICIENTE AUDITIVO E A SURDEZ

Ser uma pessoa com deficiência auditiva ou surdez implica em pertencer a uma comunidade própria, ter sua própria língua e, principalmente, poder viver normalmente, apesar das limitações auditivas. Para isto, tal sujeito deve ser incluído pela comunidade ouvinte de forma ativa e não apenas inserido em seu meio. Independentemente de sua deficiência, é de suma importância que haja tal inclusão. Para tanto, é necessário haver

[...] cumplicidade entre indivíduo e a sociedade. É também preciso que sociedade em geral esteja em constante atualização, reconhecendo as necessidades de desenvolver métodos de conversação com o deficiente, de acordo com seu grau de entendimento, seja ele qual for sua deficiência temos obrigação de incluir (Santos, 2012, p. 02).

Conforme Santos (2012), a sociedade deve intencionar a inclusão da pessoa com deficiência, seja ela qual for, se atualizando e buscando a melhor forma de conversação com o deficiente, pois é seu dever incluir e direito de a pessoa ser incluída.

O Material Didático *Deficiência Auditiva e Surdez*, da FAVENI, indica que o primeiro tipo de deficiência auditiva é a perda parcial da audição, e o segundo, a perda total, podendo ocorrer desde o nascimento, devido à má-formação genética ou alguma lesão na orelha que afete o aparelho auditivo (Faveni, 2019).

Nee especifica-se que se pode haver perda moderada, severa ou profunda da audição. A primeira leva à incapacidade de ouvir sons menor que 50 decibéis, levando a pessoa a utilizar aparelhos auditivos; a segunda não permite ouvir sons abaixo de 80 decibéis; e a terceira impossibilita ouvir sons abaixo dos 91 decibéis. As perdas de audição acima destes níveis são consideradas surdez total (Faveni, 2019). Nesse sentido, não se pode confundir os termos “deficiência auditiva” e “surdez”.

Quanto maior o grau de deficiência auditiva da pessoa, maior a sua dificuldade de aquisição da língua oral. Ainda de acordo com o referido Material Didático, o diagnóstico da pessoa com perda de audição, independentemente do nível, deve ser feito somente por médico especialista ou por fonoaudiólogo (Faveni, 2019).

Em relação à identificação da perda auditiva, ressalta-se a importância da percepção não tardia frente à possibilidade de amenizar os possíveis enfrentamentos do sujeito no que se concerne às consequências da deficiência:

A identificação precoce da perda auditiva já nos seis primeiros meses de vida pode amenizar as consequências adversas da deficiência auditiva. A perda auditiva na infância é um importante problema de saúde pública, tanto pela frequência como pelos intensos prejuízos linguísticos, educacionais e psicossociais que pode determinar. A necessidade de triagens auditivas no período neonatal e nos escolares é consensual (Speri, 2013, p. 41).

Segundo Speri (2013), quando antecipada a identificação da perda da audição na criança, menor torna-se o grau de dificuldades a serem enfrentadas, sejam elas linguísticas, educacionais e/ou psicossociais, daí a importância de triagens no período neonatal. Nesse sentido, a autora aponta que a perda da audição na infância é um grande problema de saúde pública, a qual deixa a desejar quanto a tal aspecto (Speri, 2013).

A criança com deficiência auditiva ou surdez, ao ingressar em uma instituição escolar, conforme aponta o material didático *Deficiência Auditiva e Surdez*, deve ter os devidos direitos fornecidos, como, por exemplo, o de ter um intérprete em sala de aula e materiais de apoio para facilitar o aprendizado no AEE, a fim de lhe resultar em melhor rendimento educacional (Faveni, 2019).

Quanto à deficiência auditiva ou surdez, Speri (2013) assenta que a perda auditiva provoca impacto comunicacional na criança, na família e no meio social em que a ela convive, interferindo em seu aspecto emocional, o que pode interferir em seu desenvolvimento. A autora ainda aponta que não há apenas uma forma de o indivíduo se comunicar. “A comunicação é a forma como os indivíduos transmitem as informações. Ela pode ser revestida por diferentes formas, que devem, necessariamente, responder a regras e a códigos que possuam significados” (Dessen; Brito, 1997, p. 112).

De acordo com Dessen e Brito (1997), inúmeras são as formas de comunicação, porquanto esta consiste na transmissão de informações, regras e códigos cujos significados são atribuídos pelas pessoas, a exemplo da Libras, forma de comunicação própria da comunidade surda.

1.2 A LIBRAS NA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Discutir a inclusão escolar de crianças com deficiência auditiva ou surdez é desafiador e relevante para agenciar reflexões no que se refere às mudanças necessárias nas práticas educacionais para com esse público para promover uma inclusão integral.

O Material Didático analisado aponta que problematizar a educação escolar de alunos surdos ou deficientes auditivos implica considerar todas as dificuldades que estas pessoas enfrentam para participar do processo de escolarização, tais como preconceitos existentes na sociedade e as próprias limitações de suas deficiências (Faveni, 2019).

A forma como as escolas estruturam suas propostas educacionais é um aspecto fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo ou deficiente auditivo. Se nelas não houver estímulos também adequados com o potencial desses alunos, eles podem ser prejudicados no desenvolvimento da aprendizagem. Neste sentido, Marqueti (2013) reforça acerca da organização escolar:

É papel da escola estimular e oferecer oportunidades de aprendizagem; deve ser um ambiente acolhedor, no qual a criança sintá-se segura e confiante; devem existir situações favoráveis ao desenvolvimento de habilidades sociais, toda forma de expressão deve ser valorizada, bem como a curiosidade e o desafio que resultarão em oportunidades de investigação e conseqüentes situações de aprendizagem, além da sua função formadora de futuros cidadãos (Marqueti, 2013, p. 26).

O ambiente educacional, ainda segundo Marqueti (2013), deve ser agradável, estimulador, inclusivo e socializador aos alunos; necessita suscitar curiosidades que os desafiem e lhes possibilitem um aprendizado de forma ativa, fazendo-os ter mais interesse pelo estudo e vontade de ampliar seus conhecimentos. A escola deve se preocupar sempre em disponibilizar um ambiente educacional com esses propósitos, tanto para os discentes com deficiência auditiva ou surdez quanto para os demais.

O Material Didático da FAVENI aqui analisado, *Deficiência Auditiva e Surdez*, aponta a existência de estudos realizados na última década do século XX e início do século XXI que contribuem com a educação de alunos com deficiência auditiva ou surdez na escola, ressaltando o

potencial desses sujeitos e a valorização das diferenças. Entretanto, também menciona que há estudos que contradizem esta linha de pensamento, trazendo posições contra tal inclusão.

A inclusão é tema polêmico. É importante discernir inserção e inclusão, porque somente inserir o aluno na escola não é incluí-lo. Mais ainda, é necessário pensar em como promover de fato a inclusão no ambiente educacional. Mittler (2003 apud Machado, 2009) aponta:

A inclusão implica uma reforma radical na escola em termos de currículo, de avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos nas atividades em sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência (Mittler, 2003, p. 34 apud Machado, p. 15, 2009).

De acordo com o autor, para o ambiente escolar ser inclusivo é necessária uma mudança radical em todos os sentidos, desde a pedagogia, o currículo, a avaliação e as formas de agrupamentos dos alunos para a realização de atividade, de forma que acolha a todos e de fato celebre a diversidade de acordo com sua filosofia.

O aluno surdo ou deficiente auditivo deve ser incluído desde a mais tenra idade, tendo todo o aparato e apoio que necessita para estudar. No que tange à inclusão na Educação Infantil, Marqueti (2013) aponta que

[...] a escola de educação infantil, primeira etapa da educação básica e ambiente riquíssimo de oportunidades de aprendizagem, devem cumprir o seu papel ficando atentos quanto à necessidade de suprir de maneira eficiente às necessidades das crianças nesta faixa etária (Marqueti, 2013, p. 26).

O aluno com surdez ou com deficiência auditiva, assim como os demais estudantes, tem o direito de frequentar a Educação Infantil. A primeira etapa da educação básica, como mencionado por Marqueti (2013), é um período riquíssimo em aprendizagens que ajudam no desenvolvimento das crianças, sendo sua função a observação e o cumprimento das necessidades de cada sujeito que a frequenta.

Marqueti (2013) ainda ressalta que o período da Educação infantil é importante e oportuno, pois nele realiza-se a estimulação precoce, tanto das crianças que possuem necessidades especiais como as da que não possuem. A autora indica que é por meio da estimulação precoce, com experiências significativas, que as crianças conseguirão atingir suas potencialidades condizentes aos seus interesses e necessidades.

O Material Didático *Deficiência Auditiva e Surdez* menciona que o aluno com deficiência auditiva ou surdez precisa de meios para lhe ajudar em sua participação tanto na sala de aula comum como no AEE, ambos com o ensino de Libras e Língua Portuguesa, pois a aprendizagem é direito do aluno e fornecê-la é dever da instituição escolar e do AEE. Nele sugere-se que os docentes precisam saber Libras, mas ressalta-se que somente o aprendizado desta língua não é o suficiente para alfabetizar um aluno deficiente auditivo ou surdo, pois, se o fosse, não haveria alunos ouvintes com a língua oral desenvolvida com dificuldades em aprender (Faveni, 2019).

Outro aspecto abordado é o de que para viabilizar a inclusão de alunos surdos na escola faz-se necessário considerar o seu direito à inclusão, ao conhecimento, à acessibilidade e ao atendimento educacional especializado. O professor deve se preocupar em fazer atividades para todos os alunos, incluindo os que têm deficiência auditiva ou surdez, e proporcionar um ambiente estimulador que desafie a capacidade de cada aluno, uma vez que a maneira de ensino pode tanto desenvolvê-lo quanto comprometê-lo. Em relação ao trabalho docente, Marqueti (2013) argumenta:

Considerando a necessidade de planejar as aulas pensando nesta criança com necessidades especiais que tem os mesmos direitos que as outras crianças, o professor precisa estar alerta quanto às dificuldades metodológicas e ao preparo e escolha do material de apoio, é preciso encontrar saídas pedagógicas diferentes para cada aluno, lembrando que cada caso novo trazido à escola exige mais pesquisa, empenho e estudo (Marqueti, 2013, p. 30).

O docente nunca deve parar de se empenhar, tendo, para tanto, que pesquisar, estudar, se atualizar e buscar formas de ensinar diversificadas e atrativas, pois, ao preparar uma aula, deve fazê-lo diretamente para o aluno com necessidades especiais. Além disso, precisa se manter atento às necessidades, preparar material de apoio e encontrar saídas pedagógicas para o aprendizado de cada discente (Marqueti, 2013).

De acordo com o material didático *Deficiência Auditiva e Surdez*, há três tendências educacionais para educação escolar de alunos surdos: a oralista, a comunicação total e o bilinguismo. A tendência educacional oralista busca preparar o aluno surdo para utilizar a língua da comunidade ouvinte por meio da leitura labial, sendo esta a única possibilidade de comunicação, tanto na vida social como na escola, excluindo a possibilidade de o aluno se apropriar da Libras. Já a segunda tendência, a comunicação total, utiliza todos os recursos possíveis para a comunicação, mas os resultados obtidos a partir de sua utilização são questionáveis, uma vez que os alunos surdos

continuam segregados e a Libras não é valorizada. A terceira e última tendência, o bilinguismo, por sua vez, visa capacitar a pessoa com surdez tanto para a Libras quanto para a Língua Portuguesa, facilitando o seu cotidiano da pessoa surda. Esta tendência, segundo o material didático, é a mais adequada (Faveni, 2019).

O material *Deficiência Auditiva e Surdez* também relata que foi o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) que regulamentou a Libras em contexto escolar, prevendo turmas bilíngues com alunos surdos e ouvintes compartilhando e interagindo no mesmo espaço, no entanto, argumenta que os educadores não são preparados para atender a esse público abrangente, sendo a falta de conhecimento ainda significativa (Faveni, 2019).

Em relação à capacitação docente, Marqueti (2013, p. 30) indica ser “[...] necessário capacitar para incluir, contudo, é preciso boa vontade e comprometimento. O professor deve buscar informações sobre a criança que o ajudarão a decidir qual é a maneira mais adequada para incluir este aluno”. Sua capacitação é de extrema importância, e, na condição de profissional, também deve se esforçar para entender e aprender a lidar com as particularidades do aprendiz em sala de aula, a fim de encontrar a maneira mais adequada de incluir e obter sucesso na aprendizagem.

Além da insuficiente formação inicial e continuada dos docentes atuantes na área, no Material Didático *Deficiência Auditiva e Surdez* pondera-se que os currículos escolares são inadequados e também falta formação de intérpretes para traduzir e interpretar tanto a Libras quanto a Língua Portuguesa. Nesse sentido, há muito a melhorar para se promover uma educação inclusiva e de qualidade (Faveni, 2019).

1.3 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

O atendimento ao aluno com deficiência auditiva ou surdez, na escola comum, deve ocorrer de forma inclusiva e respeitosa ao seu desenvolvimento individual, porquanto cada estudante possui seu próprio tempo para aprender. Por isso, na sala de aula, o docente deve constantemente buscar um ambiente harmonioso e inclusivo, propício para o desenvolvimento da aprendizagem.

Muitas escolas, ao invés de incluírem, somente inserem o aluno com deficiência auditiva ou surdez, não alterando suas práticas pedagógicas para possibilitarem acessibilidade à comunicação para todos. Tais instituições não compreendem que essas crianças, para obterem bom rendimento em sua vida escolar, devem ser incluídas e não apenas inseridas na escola comum. É preciso

repensar as políticas culturais e educacionais a esse respeito e buscar soluções para os equívocos existentes.

O Material Didático *Deficiência Auditiva e Surdez* aborda a dificuldade que o aluno deficiente auditivo ou surdo possui, no contexto da escola comum, em aprender a Língua Portuguesa, daí a importância de frisar o aspecto do tempo individual de cada aluno no processo de aprendizagem. De acordo com o referido material, é mais difícil o aluno deficiente auditivo ou surdo aprender a Língua Portuguesa, porém, não se pode afirmar sua incapacidade de aprender reduzindo-o a seu déficit, pois as práticas de ensino desenvolvidas para tanto são ainda precárias (Faveni, 2019).

Nele ainda aponta-se para a urgência de se promover ações educacionais que favoreçam o ensino aos alunos com deficiência auditiva ou surdez, pois a dificuldade que esse público tem de ser alfabetizado decorre, principalmente, de práticas pedagógicas errôneas (Faveni, 2019). Para a inclusão efetiva faz-se necessário ao professor praticar o ato de *ação-reflexão-ação*, ser a favor de novas práticas educacionais e observar cotidianamente como desenvolve-se o ensino para com esse público e a capacidade que este possui de frequentar e de fato aprender de forma ativa o conteúdo que o docente está ensinando. Marqueti (2013) contribui acrescentando:

Dentre as principais orientações dirigidas a estes professores, pode-se salientar a postura de professor pesquisador, que estuda, lapida-se diariamente, diante a uma demanda de alunos, no qual não existe uma fórmula pronta a ser trabalhada ou respostas infalíveis para as perguntas que surgirão, visto que o foco do professor deve ser a necessidade especial de cada aluno, evitando rótulos e generalizações, considerando a heterogeneidade das turmas de educação especial, pode se indicar a distribuição dos alunos com necessidades especiais, em diferentes classes, levando em conta os princípios da educação para a diversidade, no qual passam a beneficiarem das diferenças, pois ampliam positivamente as experiências de todos os alunos (Marqueti, 2013, p. 31).

O ambiente educacional é heterogêneo, por isso, valorizar as diferenças dos alunos que nele estão promove positivas experiências a todos, daí a importância de distribuí-los os em distintas classes, como sugere Marqueti (2013), promove a educação para a diversidade. Diante disto, não se deve fazer comparações entre os estudantes, uma vez que todos são reconhecidamente diferentes.

O atendimento aos alunos surdos em escola comum deve ocorrer de forma diferenciada e conjunta por docentes que ministram aulas em Libras, pelos professores da classe comum, e pelos professores de Língua Portuguesa. Conforme o Material Didático, o ensino deve ser proporcionado

em ambiente bilíngue, ou seja, na sala de aula comum deve-se utilizar tanto a Libras – por um professor que tenha pleno domínio da língua – quanto a Língua Portuguesa. O AEE também deve ser oferecido a esses alunos em ambas as formas, em Libras e em Língua Portuguesa, todos os dias, no período oposto às aulas da classe comum, e em ambiente de ensino propício à aprendizagem, contendo diversos materiais e imagens visuais que façam referência aos conteúdos curriculares da classe comum (Faveni, 2019).

No AEE em Libras, segundo o Material Didático, os conteúdos trabalhados são semelhantes aos da sala de aula comum para favorecer a compreensão do aluno, além de fornecer conhecimento conceitual sobre a Língua de Sinais. Os alunos aprendem sua língua materna principalmente em termos científicos, e quem ensina é um professor ou instrutor, conforme o nível de desenvolvimento do estudante. Já no AEE em Língua Portuguesa, são trabalhadas as especificidades desta língua para os alunos com surdez, separadamente das aulas na turma comum, por uma professora da disciplina; parte-se, assim, do nível de conhecimento do aluno sobre a Língua Portuguesa (Faveni, 2019).

Em relação ao AEE em Libras, Araújo (2017) complementa ponderando sobre o direito de os alunos surdos terem uma educação bilíngue, porquanto

[...] o Atendimento Educacional Especializado destinado às pessoas com surdez é reconhecido e amparado por dispositivos legais, que determinam e garantem a essas pessoas o direito de receberem, em todos os níveis do ensino, uma educação bilíngue, visando proporcionar desenvolvimento e aprendizagens em todo processo educativo. (Araújo, 2017, p. 12).

O AEE, segundo a autora referida, garante o direito da pessoa com deficiência auditiva ou surdez a uma educação bilíngue em todos os aspectos educativos (Araújo, 2017). O aluno precisa e possui o direito de aprender tanto a Libras, que é a língua da comunidade surda, como a Língua Portuguesa.

O Material Didático *Deficiência Auditiva e Surdez* indica a crescente valorização da formação profissional dos tradutores e intérpretes de Libras e da Língua Portuguesa, pois são eles fundamentais para a inserção de alunos deficientes auditivos ou surdos na escola comum (Faveni, 2019). A Libras possui, hoje, um espaço antes não alcançado, graças ao reconhecimento de sua importância por meio da regulamentação inscrita no Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que enfatiza a importância de o docente ou instrutor proporcionar ao aluno uma formação bilíngue.

Ainda segundo o Decreto mencionado, em seu capítulo III, artigo 5º, a formação de professores para ensinar a Libras, tanto na Educação Infantil como nos Anos Iniciais, deve ser realizada em curso de Pedagogia ou Curso Normal Superior, viabilizando a formação bilíngue. Em seu artigo 6º, aponta que a formação de instrutor em nível médio deve se realizar por cursos de educação profissional, de formação continuada no Ensino Superior e formação continuada fornecida por secretarias de educação (Brasil, 2005).

2. CONCLUSÃO

Este trabalho intencionou colaborar com o conhecimento dos leitores acerca de três aspectos relevantes para o processo de ensino-aprendizagem: a compreensão das características da deficiência auditiva e surdez, a inclusão do aluno deficiente auditivo ou surdo e o planejamento para o atendimento educacional deste sujeito.

No corpus analisado, a saber, o Material Didático *Deficiência Auditiva e Surdez*, da FAVENI, colocou-se em pauta os diferentes graus de surdez possíveis a uma pessoa e a importância da identificação temporã da perda auditiva, além de aspectos que promovem reflexões em torno das positivas evoluções do reconhecimento da Libras, a qual agencia a inserção de alunos com deficiência auditiva ou surdez na escola comum, cujo direito ao AEE em Libras, sendo efetivado, deve tornar possíveis tanto conhecimentos acerca desta língua quanto da Língua Portuguesa (Faveni, 2019).

Evidenciou-se também a importância do estímulo à aprendizagem para com os alunos com surdez ou deficiência auditiva e do ato de inclusão, não somente inserção; as três tendências educacionais para com os alunos surdos: oralista, comunicação total e bilinguismo, sendo esta a mais adequada (atualmente obrigatória na escola comum); a Libras regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que, por sua vez, é a língua própria da comunidade surda.

Outros aspectos focalizados foram a falta de preparo docente para com o público-alvo da AEE, os currículos inadequados das instituições, a falta de formações de intérpretes tanto para a Língua Portuguesa quanto para a Libras. Além disso, explicitou a importância de o ambiente de aprendizagem ser propício e atrativo, de o educador praticar o ato de *ação-reflexão-ação*, tornar-se favorável a novas práticas educacionais, compreender que cada aluno tem seu tempo de aprender e observar constantemente a sua turma para analisar as progressões individuais de cada estudante.

Ora, a formação docente deve ser de qualidade e o professor pode e deve, em sua atuação, fundamentar a prática na teoria, buscando sempre selecionar materiais a serem utilizados, conforme o objetivo a ser alcançado. Libâneo (2013) aponta a importância da boa formação do profissional docente, e que a didática se funda na mediação entre a teoria e a prática dos educadores na escola. No caso dos alunos com surdez, o professor deve buscar meios que favoreçam aulas interativas com eles e toda a turma, de forma que todos, sem nenhuma exceção, possam aprender e a aula ser de fato inclusiva.

O estudo voltou-se à análise do material didático da FAVENI, *Deficiência Auditiva e Surdez*, contribuindo, assim, com futuras pesquisas na área da surdez. Ressalta-se que cabe às instituições escolares, juntamente com os professores nelas atuantes, promover para as crianças com surdez ou deficiência auditiva uma educação justa, de qualidade e inclusiva, desenvolvendo, para tanto, um currículo adequado, além de haver formações de professores e intérpretes capacitados para trabalhar com esses estudantes, aspecto que compete às instituições de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

- Araújo, G. M. D. (2017). *Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da surdez*. Repositório UFRN.
<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/42045/2/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20Atendimento%20Educacional%20Especializado%20na%20perspectiva%20da%20surdez.pdf>
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
- Dessen, M. A. & Brito, A. M. W. de. (1997). Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil, *Paideia*, Ribeirão Preto, 1-24.
<https://www.scielo.br/j/paideia/a/mQJ6BpQzK3twNsxmCyDh8xy/?format=pdf&lang=pt>.
- Faveni. *Deficiência Auditiva e Surdez*. (2019). (Material Didático).
- Libâneo, J. C. (2013). *Didática* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Machado, R. (2009). *Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas*. (1ª ed.). São Paulo: Cortez.

Marqueti, A. R. R. (2013). *A inclusão do deficiente auditivo na educação infantil: a atuação do professor*. (Monografia). Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium, São Paulo, Brasil.

Santos, L. de S. (2012). Deficiência auditiva. *Revista científica eletrônica de ciências sociais aplicadas da Eduvale*, Jaciara, ano 5, n. 7, 1-12.

http://eduvalesl.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/AnkpXTecqnGHcPi_2015-12-19-2-19-11.pdf

Speri, M. R. B. (2013). A criança com deficiência auditiva: da suspeita ao processo de reabilitação fonoaudióloga. *VERBA VOLANT, Pelotas*, 4(1), 1-25.

http://letras.ufpel.edu.br/verbavolant/sesto/archivos_sexto13/speri.pdf